

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EDUCAÇÃO: A DISCUSSÃO BRASILEIRA
A PARTIR DA DÉCADA DE 70**

Flávia Valim da Trindade

**PORTO ALEGRE
Dezembro/2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EDUCAÇÃO: A DISCUSSÃO BRASILEIRA
A PARTIR DA DÉCADA DE 70

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

PORTO ALEGRE

Dezembro/2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

FLÁVIA VALIM DA TRINDADE

**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EDUCAÇÃO: A DISCUSSÃO BRASILEIRA
A PARTIR DA DÉCADA DE 70**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior (orientador)
Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS

Prof. Ário Zimmermann
Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS

Prof. Dr. Sergio Marley Modesto Monteiro
Faculdade de Ciências Econômicas - UFRGS

**PORTO ALEGRE
Dezembro/2010**

AGRADECIMENTOS

A complexidade do tema distribuição de renda gera um campo de estudos muito amplo que não poderia ter sido desenvolvido sem o entusiasmo a sua elaboração. À Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul os meus agradecimentos por ter estimulado uma visão crítica da realidade sócio-econômica durante os anos em que cursei a graduação.

Agradeço especialmente à orientação do Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior pela motivação e pela sua competência, que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também aos professores Sérgio Marley Modesto Monteiro e Flávio Fligenspan pela grande colaboração para esse trabalho. Também agradeço ao professor Ário Zimmermann por ter aceitado participar da banca examinadora.

Aos demais professores e aos colegas e amigos da UFRGS agradecimentos muito carinhosos pelo conhecimento compartilhado, pelos momentos de estudo e de tensão e pelos momentos de descontração.

Finalmente, agradeço a minha família pelo apoio, compreensão e motivação, que foram tão fundamentais para a conclusão deste trabalho. Aos meus pais, um agradecimento muito especial por acalentarem os meus sonhos e as minhas escolhas, por apontarem os princípios e os valores mais nobres e por me ensinarem a respeitar o próximo.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão a cerca da desigualdade de renda a partir da década de 70. O enfoque principal é a relação entre distribuição de renda e educação no Brasil no sentido de avaliar os efeitos distributivos de uma melhora do nível educacional da força de trabalho. A partir do exame da literatura sobre o tema foi possível identificar o atual estado do debate e apontar as principais dificuldades e benefícios do investimento no setor educacional como forma de diminuir a desigualdade. Para avaliar o caso brasileiro recente, foi realizado um estudo empírico preliminar que indicou a relevância da escolaridade na determinação da queda da desigualdade de renda, apesar das limitações da análise.

Palavras-chave: distribuição de renda; desigualdade; educação.

ABSTRACT

This paper presents a discussion about income inequality from the 70's. The main focus is the relationship between income distribution and education in Brazil in order to assess the distributional effects of an improvement in the educational level of the workforce. From the examination of the literature on the subject could identify the current state of debate and point out the main difficulties and benefits of investing in the education sector as a way to reduce inequality. To assess the recent situation in Brazil, was conducted a preliminary empirical study that indicated the importance of education in determining the fall in income inequality, although the limitations of the analysis.

Keywords: income distribution; inequality; education.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Decomposição da desigualdade salarial de acordo com suas principais fontes.	29
Tabela 2 – Principais determinantes da desigualdade salarial.....	30
Tabela 3 – Evolução da Oferta Relativa de Educação.....	34
Gráfico 1 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Norte, entre 1995 e 2008.....	39
Gráfico 2 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Sul, entre 1995 e 2008.....	39
Gráfico 3 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Nordeste, entre 1995 e 2008.....	39
Gráfico 4 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Centro-Oeste, entre 1995 e 2008....	40
Gráfico 5 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Sudeste, entre 1995 e 2008.....	40
Gráfico 6 – Evolução Índice de Gini, grandes regiões, entre 1995 e 2008.....	41
Gráfico 7 – Evolução média anos de estudo, grandes regiões, entre 1995 e 2008.....	41
Gráfico 8 – Convergência PIB <i>per capita</i> , grandes regiões, entre 1995 e 2007.....	42
Tabela 4 – Resultados da regressão $g = \alpha + \beta_0 \ln y + \beta_1 \ln \text{estudo} + \beta_2 \ln \text{Gini} + e$	43
Tabela 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento, por Grandes Regiões - 1995/2008.....	55
Tabela 6 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por grandes Regiões - 1995/2008.....	55
Tabela 7 - PIB <i>per capita</i> , grandes regiões - R\$ mil - 1995/2007.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O DEBATE TEÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL....	10
1.1. A “Controvérsia de 70”.....	11
1.1.1. Teoria da compressão salarial de Fishlow.....	12
1.1.2. Teoria do crescimento acelerado gerador do Efeito Kuznets e da ineficiência do sistema educacional de Langoni.....	13
1.1.3. Teoria da abertura do leque salarial de Bacha.....	18
1.2. O debate da década de 90.....	20
2. EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE.....	25
2.1. Efeitos distributivos de uma expansão educacional.....	25
2.2. Entraves à expansão educacional.....	35
3. O CASO BRASILEIRO.....	38
3.1 Análise de dados.....	38
3.2. O impasse à diminuição da desigualdade de renda.....	43
CONSIDERAÇÕES	
FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXOS.....	55

INTRODUÇÃO

A ampliação e consolidação do mercado interno e a integração comercial e produtiva possibilitados pelo setor industrial, durante as décadas de 1960 e 1970, despertou a questão da distribuição de renda. Esperava-se que a expansão econômica acelerada trouxesse a redistribuição de renda tão almejada. No entanto, não foi o que aconteceu, visto que à medida que as transformações sócio-econômicas e políticas avançavam, a expansão econômica proporcionava benefícios que acabavam por aprofundar as desigualdades sociais. Nesse contexto, o desenvolvimento favorecia apenas a minoria da população.

A preocupação com as questões distributivas não significa, apenas, ser igualitarista ou socialista. Muito além disso, trata-se de uma preocupação racional, uma vez que a desigualdade de renda é indesejável, do ponto de vista econômico, ao considerar-se que afeta negativamente variáveis determinantes do bem-estar social, como nível de pobreza da população e crescimento econômico. Portanto, o bom funcionamento de uma sociedade capitalista depende da redução da desigualdade de renda.

Essa preocupação com relação à má distribuição de renda no Brasil tem sido manifestada por diferentes agentes – grupos sociais, empresários, partidos políticos –, e justifica-se dado o sentimento de injustiça social originado pela enorme disparidade de renda. Aliado a isso, o aprofundamento dos problemas sociais dificulta a ação do governo, devido aos enormes custos envolvidos em infraestrutura e serviços sociais daí decorrentes, e cria um ambiente favorável ao aumento da violência e da pobreza.

Camargo e Giambiagi (1991) afirmam que a partir da democratização do país e da organização dos grupos sociais para reivindicar pela solução dos problemas da sociedade, as questões relacionadas à distribuição de renda e à pobreza ganham uma perspectiva cada vez mais política e menos ligada ao crescimento econômico, como foram tratadas nas décadas de 60 e 70. Os governos passam, então, a direcionar maiores esforços no sentido de enfrentar essas questões.

O problema da distribuição de renda é um assunto recorrente no Brasil, principalmente a partir do aumento da concentração de renda detectado por Hoffmann (1971) entre 1960 e 1970. Segundo estudos realizados por Reis e Barros (1989), a educação parece ser responsável por cerca de 50% do aumento na desigualdade da distribuição de renda.

A educação caracteriza uma externalidade positiva, visto que o benefício para a

sociedade é maior do que o acréscimo de renda que um indivíduo poderá auferir com um ano a mais de estudo. No entanto, o setor privado é ineficiente na prestação desse serviço, visto que, muitas vezes, não está disposto a fornecer opções de financiamento educacional, fato que justifica a necessidade de intervenção governamental.

Portanto, o estudo aprofundado da relação entre distribuição de renda e educação justifica-se na medida em que constitui um aspecto de fundamental importância na definição do tipo de política pública que deve ser implementada para reduzir a desigualdade social. Além disso, as questões relacionadas à desigualdade devem ser motivo de preocupação entre os economistas, dado os seus efeitos negativos sobre a eficiência dinâmica da economia como um todo.

Neste trabalho pretende-se discutir as questões distributivas a partir da década de 70 enfocando a relação entre distribuição de renda e educação no Brasil. Para isso, será realizado um exame exaustivo da bibliografia sobre o tema com o objetivo de identificar o atual estado do debate e avaliar os efeitos distributivos de uma expansão educacional. Por fim, pretende-se apontar as principais dificuldades e benefícios do investimento no setor educacional como forma de diminuir a desigualdade e realizar um estudo empírico preliminar para analisar o caso brasileiro.

Para atingir este objetivo, o trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo destina-se à revisão bibliográfica da literatura sobre as teorias da distribuição de renda no Brasil. O objetivo desse capítulo é apresentar os principais autores e suas teorias sobre as causas da distribuição de renda tão desigual existente no Brasil.

No segundo capítulo, o enfoque principal é a relação entre a desigualdade de renda e a educação. Novamente é feita uma revisão bibliográfica da literatura para evidenciar o papel fundamental que é atribuído à escolaridade como determinante da desigualdade de renda no Brasil.

Finalmente, o terceiro capítulo reúne evidências quanto à relevância da escolaridade para a determinação da distribuição de renda no Brasil. O objetivo principal deste capítulo é verificar se os pressupostos teóricos sobre a relação entre distribuição de renda e educação se aplicam ao caso brasileiro recente e avaliar os impasses à redução da desigualdade de renda no Brasil.

1. O DEBATE TEÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A partir da consolidação da industrialização e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, percebe-se que as suas limitações no que se refere à dependência e à vulnerabilidade externa acabaram agravando a situação de subdesenvolvimento e pobreza no país. Essa constatação vai de encontro à expectativa da época, pois acreditava-se que a expansão econômica seria precursora de uma redistribuição de renda e não do aprofundamento da exclusão e da desigualdade como verificou-se.

A questão da distribuição de renda, no Brasil, começou a ser discutida nas décadas de 60 e 70. Nesse período, destacam-se três principais teses sobre o aumento da desigualdade de renda, caracterizando a “Controvérsia de 70”. Essas abordagens fundamentam-se nos conceitos de distribuição pessoal e funcional da renda para o desenvolvimento da análise, tendo como autores principais Fishlow, Langoni e Bacha.

O modelo discutido na década de 90 tem como principal autor Ricardo Paes de Barros e sustenta-se no entendimento da elevada desigualdade pessoal da renda no que se refere ao mercado de trabalho. As teses de Barros e de Langoni apresentam pontos em comum ao considerarem que a educação é fundamental para explicar a desigualdade pessoal da renda, principalmente do trabalho.

Verifica-se, portanto, que existem duas principais correntes que tratam da distribuição de renda: a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda. Nesse contexto, as teses dos diversos autores conferem maior enfoque sobre uma delas.

Segundo Ramos e Reis (1991), as teses baseadas na distribuição funcional da renda consideram a sua repartição entre os fatores de produção (trabalho, capital e terra), logo, levam em consideração aspectos de política econômica como níveis de salários, lucros e renda. Nessa linha de pensamento destaca-se o conflito entre capital e trabalho e seu reflexo na esfera distributiva.

A abordagem da distribuição pessoal da renda, segundo os mesmos autores, estuda a distribuição da renda entre os agentes econômicos e a forma como a renda individual se relaciona com as características que refletem as habilidades dos indivíduos. A ênfase na educação para explicar a desigualdade é a característica fundamental dessa teoria. Segundo Serra (1978, p. 273), essa abordagem:

(...) busca explicar a desigualdade entre os assalariados, que no Brasil é quase tão acentuada como a desigualdade global, mediante a consideração das diferenças de qualificação da mão-de-obra, bem como da maior escassez ou abundância das diferentes qualidades de trabalho, que trazem ‘imperfeições’ na determinação dos salários.

De acordo com a teoria da distribuição pessoal da renda, os agentes econômicos escolhem, a partir de suas preferências individuais e dos retornos de mercado dos diversos níveis educacionais, alocar seu tempo na educação, como forma de maximizar o valor presente do bem-estar ao longo dos seus ciclos de vida.

1.1. A “Controvérsia de 70”

O debate sobre a distribuição de renda, no Brasil, teve início na década de 70 a partir da constatação da elevação dos índices de concentração de renda na década de 60. Nesse período, havia duas vertentes básicas de pensamento: a primeira baseada em um modelo que combinava a curva de U-invertido de Kuznets e a Teoria do Capital Humano; e a segunda considerava os efeitos das políticas econômicas do governo militar sobre a renda.

Langoni (1973a) foi um dos autores que fundamentou sua análise da distribuição de renda sobre as bases da primeira vertente. Ele focava a distribuição pessoal da renda com um olhar mais específico sobre o mercado de trabalho. Por outro lado, estudiosos como Fishlow (1972 e 1978), Hoffmann e Duarte (1972), Bacha e Taylor (1980) fundamentavam-se nos pressupostos da segunda vertente, enfatizando elementos da distribuição funcional da renda e os modelos de segmentação do mercado de trabalho para explicar o aumento da concentração pessoal da renda no Brasil.

A “Controvérsia de 70” pode ser dividida em três principais teses que explicariam a natureza do aumento da concentração de renda na década de 60: a de Fishlow atribuía o aumento da concentração à compressão salarial ocorrida no governo Castelo Branco entre 1964 e 1967; a de Langoni mostrou como o crescimento acelerado (e a transição da economia de uma base agrária para industrial) acabou por concentrar a renda via “efeito Kuznets” e via defasagem da oferta de mão-de-obra qualificada diante da sua demanda crescente; e a de Bacha atribuía o aumento da concentração à abertura do leque salarial dos gerentes das firmas diante de lucros crescentes.

1.1.1. Teoria da compressão salarial de Fishlow

Fishlow (1972) realizou um estudo minucioso utilizando os dados dos censos de 1960 e 1970. Através do cálculo do Coeficiente de Gini e do Índice de Theil, constatou que houve de fato um aumento da desigualdade pessoal da renda brasileira, durante o período do governo de Castello Branco (1964-1967). Apesar do acelerado crescimento econômico durante a segunda metade da década de 1960, Fishlow (1972) concluiu que o crescimento não era uma medida de desempenho econômico e social satisfatória, visto que não considerava a forma como o aumento do PIB havia sido distribuído para população.

Fishlow atenta para as implicações que a distribuição de renda traz ao bem-estar interno, afirmando que “uma renda distribuída mais equitativamente em torno de um nível baixo pode implicar uma incidência consideravelmente maior de pobreza do que uma distribuição menos eqüitativa ainda que a um valor médio mais alto” (Fishlow, 1978, pág. 168). Destaca, ainda, que a distribuição e o nível de renda no Brasil se comportam da mesma forma negativa, fato que agrava a situação brasileira.

Inicialmente, Fishlow calculou o Coeficiente de Gini para a População Economicamente Ativa e para as famílias, verificando que a desigualdade era menor quando considerado as famílias. Essa constatação parece não surpreender o autor, já que as famílias podem ser um mecanismo importante de distribuição de renda. No entanto, Fishlow aponta que as famílias podem constituir também uma importante fonte de transmissão da desigualdade para o futuro, visto que a renda dos pais influencia a probabilidade das crianças virem a receber rendas maiores no futuro. Assim, a igualdade de oportunidades não prevalece, de forma que a desigualdade tenderá a persistir.

No seu estudo, Fishlow observa a existência de diferentes perfis de pobreza, fato que exige diferentes tipos de políticas no sentido de atenuar a desigualdade. Nesse contexto, destaca as principais características diferenciadoras da pobreza, como nível de educação, setor, idade e região. Dando continuidade a sua pesquisa, o autor constata que essas quatro características explicam pouco mais da metade da desigualdade observada e que a interação entre setor e educação acentua a desigualdade, na medida em que oportunidades reduzidas de educação e emprego no setor agrícola resultam em níveis de renda mais baixos.

A principal causa do aumento da desigualdade de renda no Brasil, para Fishlow, justifica-se pelo fracasso da política de compressão salarial adotada pelo Programa de

Ação Econômica do Governo (PAEG) durante o governo Castelo Branco, entre 1964 e 1967. As políticas governamentais da época restringiram rigorosamente os salários nominais e, simultaneamente, aplicaram a “inflação corretiva” conferindo efeitos negativos sobre o salário mínimo real (queda de 20%) e sobre o salário médio. No mesmo período, no entanto, a renda per capita avançou 22%, portanto alguém havia ganhado relativamente. Conforme afirma o autor, é provável que este ganho tenha se concentrado nos setores urbanos com renda acima da média, nos subsetores de finanças, comércio e etc, e não no setor rural.

Verifica-se que a tese da compreensão salarial de Fishlow, embora aponte elementos relacionados à acumulação de capital humano (idade e educação, por exemplo), tem sua referência fundamental na teoria da distribuição funcional da renda. O autor considera aspectos de política econômica que acabaram por reduzir o poder de compra dos salários e a participação relativa dos trabalhadores na renda total, não conferindo um peso relevante aos efeitos relacionados ao nível de educação, mesmo ao considerar que a renda dos trabalhadores mais qualificados aumentou mais que a renda dos menos qualificados.

1.1.2. Teoria do crescimento acelerado gerador do Efeito Kuznets e da ineficiência do sistema educacional de Langoni

Em 1973, Langoni realizou um estudo cuidadoso utilizando as fontes de dados disponíveis à época com o objetivo de detectar as causas do aumento na desigualdade da distribuição de renda entre 1960 e 1970. Segundo Antônio Delfim Neto¹, o trabalho de Langoni surgiu como resposta à superficialidade com que o tema foi tratado inicialmente. Langoni procurou testar hipóteses formuladas a partir da teoria econômica agregando o conceito de capital humano, fato que conferiu originalidade a sua pesquisa.

A partir de uma amostra das rendas individuais extraída do Censo Demográfico de 1970, Langoni (1973a) analisou o perfil da distribuição da renda no Brasil. A distribuição dos indivíduos nos percentis foi estimada pelo método direto de ordenação por níveis de renda. Uma de suas primeiras constatações foi que a desigualdade na distribuição de renda

¹ Prefácio da obra *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil* (Langoni, 1973)

dos grupos mais ricos é mais acentuada do que a observada nos grupos mais pobres da população. Da mesma forma, o grau de desigualdade aumenta no setor urbano em comparação ao setor primário.

Langoni destaca algumas limitações da medida da renda utilizada em seu estudo. Algumas características dos dados censitários como a exclusão das rendas implícitas (autoconsumo do setor agrícola, transferências diretas entre indivíduos, serviços prestados por máquinas e equipamentos), a dificuldade de contabilização das rendas não-contratuais, o uso da renda corrente ao invés da renda permanente, as diferenças regionais de custo de vida, o uso da renda individual ou da renda familiar, entre outros, podem resultar em conclusões viesadas sobre o perfil de distribuição de renda estimado pelo autor e aquele observado para a medida da renda real dos indivíduos.

Sobre essas limitações, Langoni considera o uso da renda individual ou familiar e a questão do autoconsumo no setor agrícola as mais importantes. Por meio da comparação da distribuição da renda familiar com a distribuição da renda individual, o autor demonstra que não há alteração significativa nos índices de desigualdade quando se considera a renda familiar ou a renda individual. A partir do mesmo método, Langoni compara a distribuição da renda familiar com e sem autoconsumo, mostrando que o impacto da exclusão do autoconsumo no setor agrícola é menor do que o esperado.

Os resultados obtidos por Langoni sugerem um aumento inequívoco na desigualdade da distribuição de renda entre 1960 e 1970, visto que todos os grupos apresentaram redução em sua participação relativa no total da renda em favor dos 10% mais ricos. Em 1970, o índice de Gini aumentou cerca de 14% (0,4999 em 1960, para 0,5684 em 1970) e a participação relativa dos 10% mais ricos passou de 39,66% para 47,79%.

A tese central do trabalho de Langoni é de que este aumento de desigualdade esteve associado às modificações que acompanharam o processo de desenvolvimento econômico do Brasil entre 1960 e 1970. Dando continuidade ao seu trabalho, Langoni tentou mostrar que uma parcela significativa do aumento de concentração observado no período tem uma relação estreita com as mudanças qualitativas (nível de educação, idade e sexo) e alocativas (setorial e regional) da força de trabalho.

O efeito redistributivo das modificações qualitativas e alocativas foram analisados em termos de mudanças proporcionais (efeito escala), nas rendas relativas (efeito renda) e no grau de desigualdade interna. Após as decomposições, os resultados mais relevantes

foram o aumento na participação de indivíduos do setor secundário e de educação superior (29% e 79%, respectivamente) acompanhado de elevação significativa em suas rendas relativas (40% e 52%, respectivamente).

Foram feitas simulações para os diversos níveis educacionais a partir das quais foi possível verificar que as mudanças na composição educacional da força de trabalho tiveram um impacto relativamente maior sobre o grau de desigualdade do que as mudanças nas rendas relativas. Além disso, as mudanças que afetaram os níveis mais elevados de educação (colegial e superior) foram as que mais contribuíram para o aumento de concentração. Segundo o autor, é surpreendente a constatação de que mesmo a redução dos analfabetos e o aumento de indivíduos com o nível primário na PEA contribuíram para o aumento da desigualdade. Nesse contexto, Langoni sugere cautela na utilização de índices de concentração como indicadores de bem-estar.

Langoni (1973a) estimou o impacto marginal de cada uma das variáveis qualitativas e alocativas sobre a renda com o objetivo de mostrar a importância da educação. O método utilizado foi a análise de variância através de regressões log-lineares considerando como variável dependente o logaritmo da renda que deveria ser explicado por um conjunto de variáveis dummies representando educação, idade, sexo, setor e região. Um dos principais resultados obtidos foi que as maiores diferenças de renda estão associadas às diferenças de níveis de educação. A variável educação aumentou sua participação na explicação total da variância do log da renda entre 1960 e 1970 (51% para 59%, respectivamente), assumindo o maior valor explicativo, enquanto região e sexo perderam importância relativa e a contribuição de atividade permaneceu praticamente constante durante o período.

A partir dessas constatações, Langoni tentou provar que essas variáveis deveriam também assumir um maior poder explicativo nos setores mais dinâmicos da economia. Como resultado de sua pesquisa, Langoni (1973a) mostrou que a contribuição explicativa da educação era bem superior no setor terciário do que no setor primário. Além disso, comprovou que as diferenças regionais de renda, que refletem a disponibilidade de fatores, e a composição etária, substituta da educação em economias de características tradicionais, são mais relevantes para a explicação da desigualdade no setor primário do que a educação. Em contrapartida, nos setores secundário e terciário, onde a economia é mais dinâmica, a educação se destaca como variável mais importante.

No trabalho de Langoni percebe-se a tentativa de mostrar que o aumento das disparidades na distribuição de renda entre 1960 e 1970 associou-se com a rápida expansão da economia brasileira. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico levou à maior concentração de renda pelo Efeito Kuznets associado à defasagem na qualificação da mão-de-obra frente à corrida tecnológica. Esses dois princípios, mesmo que distintos, tinham o processo de crescimento econômico acelerado em função do processo estrutural de industrialização como fator de origem comum.

Langoni (1973b), tendo como base o Efeito Kuznets, admite que a desigualdade aumentaria num primeiro estágio de industrialização (ou crescimento) passando por um período de estabilização e depois tenderia a diminuir, assumindo uma curva com formato de U-invertido. Essa hipótese justifica-se ao considerar-se que a distribuição de renda na área rural (de baixa produtividade) é mais igualitária do que nas áreas urbanas (de alta produtividade) nos períodos iniciais de industrialização. Com a continuidade do desenvolvimento e da urbanização, há uma tendência para a desigualdade aumentar, visto que a população nos centros urbanos incha com a migração e imigração. Posteriormente, devido ao fortalecimento do poder político dos grupos de baixa renda da população urbana, ao amparo da legislação, à adaptação do setor urbano e às transferências de renda, verifica-se uma queda da desigualdade.

No que se refere ao aumento da desigualdade, Langoni (1973b) assumia que o processo de desequilíbrios era inerente ao avanço do desenvolvimento econômico, uma vez que a transformação incessante dos setores de baixa produtividade (tradicionais) para setores de alta produtividade (modernos) era uma característica latente desse processo. Esses desequilíbrios, conforme já exposto, se intensificariam nas fases de crescimento acelerado pelo deslocamento da demanda de novos fatores sobre uma oferta relativamente inelástica a curto e médio prazo. A consequência desse processo, segundo Langoni, seria o surgimento de quasi-rents para o capital humano e também para o capital físico. Por conseguinte, a migração da força de trabalho dos setores primários para os setores modernos acabaria por aumentar o nível de desigualdade da distribuição de renda como um todo. No entanto, esse efeito seria temporário, conforme abordado anteriormente.

Langoni adaptou ao seu estudo um modelo em que o aumento da concentração pessoal da renda tinha origem na defasagem entre a corrida pela expansão tecnológica dos setores modernos, que acelerava a demanda por mão-de-obra qualificada, e o atraso do sistema educacional do país, que tornava inelástica a oferta desse fator no curto prazo.

Analisando essa situação sob uma ótica estática, o salário tenderia a subir muito, se comparado ao nível de emprego, quando a demanda por trabalhadores qualificados se deslocasse para cima sob uma curva de oferta relativamente inelástica. Entretanto, analisando agora sob uma ótica dinâmica, haveria um aumento significativo dos salários dos trabalhadores qualificados se a velocidade de crescimento da demanda por esses trabalhadores, que depende do crescimento tecnológico, fosse mais acelerada que o crescimento da sua oferta-inelástica, que depende da velocidade da expansão educacional.

A pesquisa realizada por Langoni, em 1973, mostrou que as alterações na composição educacional da população no período entre 1960 e 1970 foram significativas. Se a oferta relativa de um fator de produção aumentasse, os retornos desse fator deveriam diminuir², reduzindo, da mesma forma, as desigualdades. No entanto, não foi o que aconteceu no período de análise. Como tentativa para explicar essa constatação, Langoni sugeriu a existência de um viés tecnológico que acabaria por aumentar a remuneração da mão-de-obra mais qualificada (pelo surgimento da quasi-rent em função do descompasso entre demanda e oferta por pessoal mais qualificado), aumentando, também, a participação relativa desse grupo na distribuição pessoal da renda.

Sobre o impacto do crescimento na distribuição, Langoni observou empiricamente que deve ser necessariamente relevante nos setores modernos da economia, visto que são capazes de absorver as inovações tecnológicas com maior intensidade. Já nos setores tradicionais, o grau de desigualdade está muito mais relacionado com o nível de renda do que com a taxa de crescimento. Esse desequilíbrio acabou gerando um impacto nos diferenciais de salário entre mão-de-obra qualificada e não-qualificada.

Como conclusão do seu estudo, Langoni (1973a) destaca que, no caso brasileiro, é fundamental definir se a preocupação da sociedade é a desigualdade da distribuição em si ou a eliminação da pobreza. Tal pressuposto justifica-se ao considerar-se que 30% da população que recebia salário inferior a Cr\$ 100 em 1970 era em sua maioria analfabetos, trabalhavam na agricultura e se localizavam geograficamente no Nordeste. No entanto, o índice de Gini desse grupo sugeria que a renda estava bem distribuída, ficando em torno de 0,37. As políticas destinadas a atingir esses objetivos (igualdade da distribuição e eliminação da pobreza) diferem fundamentalmente, dado o caráter não coincidente dos objetivos.

² Considerando-se um modelo competitivo no mercado de trabalho.

1.1.3. Teoria da abertura do leque salarial de Bacha

Bacha e Taylor (1980) e Bacha (1976a e 1978a) desenvolveram uma teoria que se aproximou da tese da compressão salarial de Fishlow. A teoria de Bacha e Taylor assume que o processo de substituição de importações foi responsável pelo aumento da quantidade de empresas de grande porte no Brasil conduzindo, por consequência, a um aumento da classe média. A análise dessa hipótese começa com a observação do modo hierárquico como estavam distribuídos o setor moderno produtivo e o setor governamental para tratar os problemas de escala.

Os argumentos de Bacha têm sustentação teórica nos modelos de Dahrendorf e Williamson, que exploram aspectos referentes à decomposição do trabalho e do capital e à especificação dos objetivos das empresas, respectivamente. Segundo esses autores, o conflito entre capital e trabalho constitui a dicotomia básica numa sociedade capitalista. A partir dessa constatação, Dahrendorf decompõe o trabalho e o capital em outras subclasses, separando a propriedade do controle. Assim, dentro da classe dirigente aparecem os executivos e os burocratas, além dos proprietários, enquanto que a classe dirigida divide-se por nível de qualificação (trabalhadores e funcionários não-qualificados, semiqualificados e qualificados).

De acordo com Bacha (1978a), era a hierarquia, vista basicamente como o corte entre trabalhadores e gerentes, e não a qualificação, o fator fundamental para explicar a abertura do leque salarial no setor urbano do Brasil na década de 1960. Tal hierarquia influenciava a estrutura salarial entre os funcionários da gerência e executivos (White-Collars) e os trabalhadores e funcionários (Blue-Collars). Bacha (1978a) utilizou argumentos de natureza sociológica e organizacional para mostrar que havia uma relação funcional direta entre a remuneração da classe dirigente e o lucro das empresas, enquanto que a remuneração dos trabalhadores era determinada pelo mercado de trabalho neoclássico. Segundo o autor, a abertura do leque salarial e o aumento da concentração de renda entre 1960 e 1970 deviam-se a essa dicotomia.

Bacha (1978a) entende que a qualificação pode ser determinante para a ascensão aos cargos gerenciais, no entanto, justifica que a remuneração dos gerentes está mais relacionada à hierarquia nas firmas devido ao fato de que os objetivos do gerente e do dono do capital são comuns e, também, devido à segmentação existente no mercado de trabalho. Bacha defende que a remuneração dos gerentes, assim como a distribuição de renda, seria

determinada pela relação entre lucros e salários dos trabalhadores, ou seja, pela taxa de exploração vigente no mercado. A taxa de exploração era fixada pelo poder de barganha entre capitalistas e trabalhadores. Entretanto, essa taxa era viesada em favor dos gerentes, pois o poder de barganha dos trabalhadores era tolhido pela restrição governamental à sindicalização. Nesse contexto, verifica-se que a tese de Bacha também considerava as políticas governamentais como responsáveis pelo aumento da concentração de renda, assim como defendia Fishlow. Para provar empiricamente a sua tese, Bacha (1978a) realizou uma pesquisa salarial utilizando uma amostra de grandes empresas do setor industrial na região Centro-Sul do Brasil. Os resultados mostraram que os salários reais dos gerentes cresceram a uma taxa de 7,9% ao ano no período entre 1966 e 1972, em contraste com o crescimento de 2,9% para o salário dos trabalhadores semiqualeificados e qualificados e a queda de 1,3% para o salário dos não-qualificados.

O estudo de Bacha mostra que o aumento da escala das firmas, impulsionado pelo desenvolvimento da indústria, exigiu sistemas gerenciais mais complexos que acabaram elevando o peso dos funcionários da gerência e executivos. Assim, a classe dirigente foi a que mais ganhou relativamente em 1960, dado o seu maior poder de barganha comparado ao poder dos trabalhadores e ao fato da sua remuneração depender dos lucros da empresa. De uma forma geral, Bacha mostrou que a posição na ocupação tem impacto significativo na desigualdade de renda e que o governo participa indiretamente nesse processo.

Em toda a controvérsia, a única teoria refutada empiricamente foi a do Efeito Kuznets. Bacha e Taylor (1980), com base nos dados dos censos de 1960 e de 1970, utilizaram a variância do log da renda (mesmo método utilizado por Langoni) para mostrar que o Efeito Kuznets tornava a distribuição de renda mais igualitária, indo de encontro ao que previa a teoria. Além disso, Malan e Wells (1978) e Fishlow (1978a) mostraram que o Efeito Kuznets não era significativo, contrariando a teoria de Langoni. Por fim, o estudo de Mata (1979), mostrou uma relação em forma de U, e não de U invertido, entre nível de renda familiar mediana e desigualdade de renda.

1.2. O debate da década de 90

A discussão sobre as questões relacionadas à desigualdade da distribuição de renda no Brasil permaneceu estagnada durante a década de 80, justificando-se, talvez, pelo momento econômico conturbado da época. O debate foi retomado na década de 90 e girava em torno de um único grande modelo estrutural para explicação das disparidades, em contraponto à “controvérsia de 70”, formada por três teorias centrais que buscavam justificar o aumento da desigualdade na distribuição de renda verificado entre 1960 e 1970.

O modelo unilateral da década de 90, cujo principal formulador foi Ricardo Paes de Barros, buscava o entendimento da elevada desigualdade pessoal da renda a partir de elementos relacionados ao mercado de trabalho. Esse modelo aproxima-se, até certo ponto, à tese de Langoni, visto que também assume a educação como variável fundamental para a determinação da distribuição de renda, principalmente do trabalho. Da mesma forma, a “controvérsia de 70” também é incorporada nesse novo debate na medida em que verifica-se uma tentativa de avaliar os efeitos das variáveis ocupacionais.

Para explicar o processo de geração e reprodução da desigualdade, Barros e Mendonça (1995) construíram um modelo teórico baseado numa seqüência de corridas em que cada corrida (trajetória de vida de uma geração) é formada de três elementos: um conjunto de participantes, cada um com um volume de recursos; um total de prêmios (massa salarial); e um conjunto de regras. Nesse processo de corridas intergeracionais, as regras e os prêmios podem ser distintos para cada corrida. Essas regras estabelecem diversos fatores como: a forma como os participantes devem se comportar; a forma como a produtividade dos participantes será avaliada; e a forma como o total de prêmios será dividido entre os participantes de acordo com o seu desempenho.

Nesse modelo de corridas, o volume inicial de recursos de cada participante depende do desempenho dos seus antepassados nas corridas anteriores. De acordo com o esquema teórico de Barros e Mendonça (1995), cada corrida possui duas etapas. A primeira etapa corresponde ao período da infância e da adolescência, onde os participantes acumulam capital humano e, portanto, se preparam para a competição. Nessa etapa, cada participante conta com três tipos de recursos para se preparar para a competição: habilidades natas, recursos públicos e recursos privados³. Na segunda etapa, ocorre a competição efetiva no mercado de trabalho.

Ao final da primeira etapa, observa-se que haverá algum grau de desigualdade quanto à preparação para a competição, dada a heterogeneidade dos participantes quanto ao volume de capital humano acumulado. Essa heterogeneidade é denominada de desigualdade de condições, enquanto a desigualdade de prêmios, ao final da segunda etapa, é denominada desigualdade de resultados.

Barros e Mendonça (1995) consideram três situações pontuais para descrever o processo de geração da desigualdade. Numa primeira situação, o grau de preparação de cada participante será determinado apenas pelas características natas, visto que não há recursos públicos ou privados. Considerando-se a segunda situação, em que há também recursos públicos, o grau de preparação do concorrente dependerá da quantidade de recursos públicos de que dispõe e da sua capacidade de utilizá-los na melhora da sua preparação. Nesse contexto, os autores destacam que os recursos públicos não estão distribuídos de forma igualitária, da mesma forma em que há heterogeneidade entre os concorrentes quanto à capacidade de utilizar esses recursos. Na terceira situação, considera-se, também, os recursos privados, que acabam por agravar a desigualdade de oportunidades entre os participantes da corrida, dada a sua distribuição heterogênea.

A partir dessas considerações, Barros e Mendonça (1995) conseguem identificar os locais onde a desigualdade é gerada e transmitida. Na fase competição considera-se que o mercado de trabalho tem discriminação e segmentação, de forma que a desigualdade de resultados constitui-se pelas diferenças individuais em preparação e pelas diferenças não relacionadas ao estágio de preparação, sendo que a primeira é eticamente justificável e a segunda é indesejável.

Embora adeptos da Teoria do Capital Humano, Barros e Mendonça consideram que esta não explica as origens da desigualdade de renda no mercado de trabalho em sua totalidade, dada a presença de discriminação e segmentação. Nesse contexto, insere-se o estudo de Barros, Corseuil e Mendonça (1999) a partir do qual observa-se que o salário ajustado ao número de horas trabalhadas depende das características de cada trabalhador, assim como das características dos postos de trabalho. Percebe-se, dessa forma, que os autores ampliam o modelo de Langoni ao considerar as variáveis relacionadas aos modelos

³ *Correspondem aos prêmios (salários) recebidos por seu pai na corrida anterior.*

⁴ *Os modelos de segmentação do mercado de trabalho consideram a posição na ocupação e as características dos postos de trabalho fundamentais para a explicação da desigualdade pessoal da renda.*

de segmentação do mercado de trabalho⁴ e não só as características produtivas individuais. A partir da identificação da estrutura salarial, é possível quantificar a participação de cada componente na determinação dos diferenciais de salários existentes.⁵

Barros e seus co-autores argumentam que o sistema educacional não é capaz de gerar uma quantidade de trabalhadores qualificados proporcional à demanda. Nesse sentido, Barros, Mendonça e Velazco (1996) tentam estimar o retorno de um ano a mais de escolaridade por nível educacional e chegam à conclusão de que cada ano de escolaridade a mais tende a elevar o nível salarial de um trabalhador em aproximadamente 15%. Barros e Mendonça (1995) e Blom e Vélez (2001) mostram que quanto maior o grau de escolaridade, maior o retorno da educação, sendo muito elevado para a educação superior. Além disso, Barros, Courseil e Mendonça (1999) constatam empiricamente que a desigualdade educacional é muito elevada. Barros et al (1995 e 2000b), com base em dados empíricos, verificaram a existência de uma relação entre nível educacional e desigualdade educacional em forma de U-invertido.

Numa tentativa de complementar o modelo de Barros et al, Ferreira (1999a e 2000) mostrou como ocorre a distribuição de recursos públicos num momento anterior à etapa de preparação do modelo de corrida inter-geracional. Uma vez distorcida a distribuição desses recursos, haverá desigualdade educacional, visto que as classes dominantes usam o poder político em benefício próprio. Nesse contexto, Ferreira agrega um novo elemento ao debate ao considerar que deve-se utilizar um modelo de equilíbrio geral de luta de classes, mesmo que o nível educacional seja determinante para a desigualdade de renda, para mostrar os motivos pelos quais a desigualdade permanece elevada no Brasil.

Ferreira (1999a e 2000) busca uma explicação para o processo de produção e distribuição da educação. O autor parte do pressuposto de que a distribuição de educação está subordinada às decisões políticas. Assim, deve-se considerar que as políticas governamentais podem restringir os benefícios públicos para determinados grupos sociais, de forma que as injustiças podem ser geradas na fase de distribuição de recursos públicos. O autor considera que o país está num equilíbrio Pareto-inferior de um sistema dinâmico onde as distribuições de educação, de riqueza e de poder político são determinadas simultaneamente.

⁵ *Esse ponto será abordado no segundo capítulo desse trabalho.*

Esse equilíbrio inferior, segundo o autor, gera um círculo vicioso, pois parte de uma desigualdade de educação elevada, gerando altos níveis de desigualdade de renda e de riqueza e acaba conduzindo a uma distribuição desigual de poder político. Essa distribuição desigual do poder político reproduz a desigualdade educacional, visto que os detentores do poder não têm interesse na qualidade do sistema público de educação uma vez que podem pagar pela educação privada, em detrimento dos mais pobres que não têm meios próprios para frequentar escolas particulares e nem poder político para intervir nas decisões que se referem à melhora da qualidade das escolas públicas. Dentro desse contexto, verifica-se a persistência da elevada desigualdade.

Durante a “Controvérsia de 70”, uma explicação parcial do aumento da desigualdade pessoal da renda foi atribuída a elementos relacionados à conjuntura econômica, como a queda do salário mínimo real. Embora as teorias contemporâneas tenham um viés langoniano (ao considerarem a educação como variável determinante) e mesmo que as variáveis macroeconômicas não sejam a causa fundamental da elevada desigualdade de renda no Brasil, há um consenso entre alguns estudiosos de que elas exercem influência sobre a desigualdade de renda. Dentre essas variáveis, os pesquisadores destacam, basicamente, a inflação, o salário mínimo e flutuação de demanda e desemprego.

Segundo Neri e Camargo (1999) e Amadeo e Neri (1997), alguns agentes não conseguem proteger a sua riqueza financeira da inflação gerando o imposto inflacionário. Durante períodos de alta inflação, os agentes que possuem conta bancária podem proteger sua riqueza utilizando títulos do governo. Em contrapartida, os agentes de baixa renda, que não possuem conta bancária, não têm como proteger sua riqueza da inflação, gerando desigualdade.

No que se refere ao salário mínimo, existe consenso quanto a sua relação negativa com a distribuição de renda, no entanto, o debate é controverso quanto à magnitude do efeito. Neri (1997), Neri, Camargo e Gonzaga (1998) e Soares (2002) afirmam que as variações no salário mínimo têm efeitos significativos sobre a desigualdade na distribuição de renda, em contrapartida ao que afirmam Ramos e Reis (1995). Segundo Amadeo e Neri (1997), 15% dos trabalhadores do segmento assalariado informal recebiam salário mínimo, enquanto a proporção para o segmento legal era de 8%, evidenciando que a legislação do salário mínimo é mais efetiva no primeiro segmento.

Cardoso, Barros e Urani (1993) realizaram um estudo em seis regiões metropolitanas na década de 80 e verificaram que a taxa de desemprego influenciou a desigualdade de forma significativa. No entanto, há poucos estudos teóricos e empíricos sobre a relação de causalidade entre esses fatores. Ramos (1991 e 1993) estudou a forma como os choques de demanda e o desemprego interferem a desigualdade pessoal da renda relacionada ao trabalho. De acordo com Ramos, as flutuações no nível de demanda agregada podem afetar o nível de emprego e a diferença salarial entre trabalhadores qualificados e não-qualificados.

2. EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE

No Brasil, tanto a heterogeneidade educacional quanto o retorno à educação são altos, justificando a ênfase do papel da escolaridade para a explicação das desigualdades de renda. A literatura que se dedica ao estudo da contribuição da educação para a desigualdade de renda no Brasil é extensa.

O objetivo deste capítulo é verificar, com base na literatura existente, qual a contribuição da educação como determinante da distribuição de renda no Brasil, analisando-se os efeitos distributivos de uma expansão educacional e apontando as principais dificuldades das decisões de investimento no setor educacional.

2.1. Efeitos distributivos de uma expansão educacional

Langoni (1973a) foi primeiro autor a considerar a educação como principal determinante das desigualdades na distribuição de renda no Brasil. Conforme visto no capítulo anterior, a educação assumiu o maior valor explicativo no modelo desenvolvido por Langoni para identificar os determinantes da desigualdade. A análise de Langoni, no entanto, não avança no sentido de tentar identificar os efeitos distributivos de uma expansão educacional, sendo necessário avaliar outros modelos para alcançar esse objetivo.

Ferreira (2000) apresenta um esquema simples para explicar como ocorre a geração da distribuição de renda. A partir dos trabalhos pioneiros de Langoni e Fishlow e, posteriormente, da literatura que surgiu na década de 90, Ferreira (2000) usa o arcabouço teórico de Barros e Mendonça (1996) no que se refere à classificação das causas da distribuição desigual de renda para construir o seu modelo de geração da distribuição de renda.

Segundo Barros e Mendonça (1996), as causas de uma distribuição desigual de renda pertencem a cinco grupos de fatores distintos. O primeiro refere-se às características natas dos indivíduos que acabam por diferenciá-los, tais como raça, gênero, inteligência e riqueza inicial. No segundo grupo estão as características individuais adquiridas, como nível educacional, experiência profissional, etc. O terceiro grupo abrange as causas relacionadas ao mercado de trabalho no que diz respeito à existência de discriminação, segmentação e projeção. O quarto grupo refere-se às desigualdades geradas nos mercados

de capitais, dada a sua imperfeição. E, por último, o quinto grupo refere-se aos fatores demográficos, como a formação de domicílios, de fertilidade, de co-habitação ou separação domiciliar.

Nesse contexto e para facilitar a continuidade do raciocínio, é importante conceituar os determinantes associados ao terceiro grupo. Segundo Barros e Mendonça (1996), a *discriminação* no mercado de trabalho refere-se à remuneração diferenciada entre dois postos de trabalho idênticos, ocupados por trabalhadores de produtividade semelhante, com base em alguma característica observável do trabalhador, que não tem efeitos sobre a sua produtividade. Remunerações diferenciadas, devido à raça ou gênero, são exemplos de discriminação.

Diferenciais de remuneração gerados em função da *segmentação* são aqueles baseados nas características do posto de trabalho, ou seja, trata-se de diferenças de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos, com base em características do posto de trabalho, apesar da produtividade das combinações de posto e trabalhador ser idêntica. A segmentação setorial ocorre quando dois postos de trabalho iguais, ocupados por trabalhadores iguais, geram remunerações distintas em diferentes regiões do país.

A *projeção* é o terceiro canal de transmissão da desigualdade no mercado de trabalho, de acordo com Barros e Mendonça (1996). Por projeção entende-se a geração de retorno às características observadas do trabalhador, dado o posto de trabalho. Como exemplo, pode-se citar o perfil salarial da educação e da experiência, no sentido de que ambos projetam anos de escolaridade e de experiência, respectivamente, no espaço renda.

Após essa discussão conceitual, Ferreira (2000) assume que a geração da distribuição de renda ocorre em quatro etapas. Inicialmente, segundo o autor, tem-se uma distribuição das características natas do indivíduo, formada pela interação entre as características observáveis, as não-observáveis e a riqueza inicial⁶. A partir dessa distribuição, os indivíduos passam a interagir com os mercados e instituições de educação. O resultado dessa interação é uma nova distribuição, formada pelas características natas e pelas características adquiridas, sendo que, para fins de simplificação, a educação é a única característica adquirida. A seguir, os indivíduos passam para a etapa de intermediação no

⁶ Essa etapa corresponde à fase de preparação para a corrida no modelo de Barros e Mendonça (1995).

mercado de trabalho sendo definidas as funções de alocação e de remuneração⁷. Por fim, os indivíduos formam domicílios, ou “clubes de consumo”, que propiciam o desfrute de economias de escala de consumo.

Diante de tantas fontes de desigualdade de renda, Ramos e Vieira (2001) salientam que, para um diagnóstico mais preciso sobre o elevado grau de desigualdade no Brasil, é fundamental precisar a magnitude e importância relativa de cada uma das fontes de desigualdade.

Existe certo consenso entre os economistas de que a desigualdade educacional é o principal determinante da desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil. De acordo com esses economistas, a principal causa da desigualdade de rendimentos seria a heterogeneidade educacional dos trabalhadores. Segundo Menezes Filho (2001), um dos principais aspectos da literatura sobre as causas da desigualdade de renda no Brasil se refere ao peso da educação como fator explicativo da desigualdade. Ainda sobre as causas da desigualdade, Fernandes (2001, p. 236), afirma que “análise da influência da escolaridade na desigualdade de rendimentos permeia toda a literatura econômica sobre o tema”.

Fishlow (1972) e Langoni (1973a) reconhecem a importância da desigualdade educacional no processo de concentração de renda ocorrido entre as décadas de 60 e 70, embora seus estudos diverjam quanto a outros aspectos da análise. Na década de 80, o debate não evoluiu, conforme visto anteriormente. Na década de 90, o debate foi retomado destacando-se uma corrente hegemônica, na literatura brasileira, que enfatiza o papel da educação como determinante da desigualdade de renda, conforme demonstrado por Gandra (2002).

Fishlow (1972) mostra que a média dos anos de estudo aumentou de 2,24 para 2,95 no período entre 1960 e 1970. Trata-se de um aumento pouco relevante, segundo o autor. No entanto, a variância no nível educacional teve aumento significativo, em torno de 48%. Fishlow atribui esse resultado ao aumento da desigualdade educacional justificado pela maior ênfase das políticas do período na educação secundária e superior, em detrimento dos níveis primários.

⁷ Lembrando que a função de remuneração baseia-se na discriminação, segmentação e projeção.

Langoni (1973a), por meio da estimação de uma função log-linear, mostrou a importância da educação para a determinação da distribuição de renda. O papel relevante da educação fica evidente ao observar-se que “os coeficientes desta variável (que representam acréscimos de renda associado a anos adicionais de estudo) são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as outras variáveis incluídas na regressão” (Langoni, 1973, p. 208).

Na década de noventa, o debate sobre o problema da distribuição de renda no Brasil foi retomado com o livro *Distribuição de Renda no Brasil*, organizado por Camargo e Giambiagi, em 1991. O trabalho de Leal e Werlang (1991) tratou do tema desigualdade e educação. A literatura se estende ainda com os artigos de Reis e Barros (1991) e uma série de estudos de Barros e vários co-autores, que mostram a importância da variável educação na explicação da desigualdade.

Leal e Werlang (1991) e Reis e Barros (1991) estudaram a relação entre a renda e a educação, os retornos à educação e a desigualdade. Seus estudos mostraram uma estreita relação entre a distribuição da educação e a distribuição de renda, levando-os a sugerir, como medida de redução da desigualdade de renda, a expansão educacional aliada a medidas de redução do analfabetismo.

Barros et al. (2000b) tentaram estimar as causas da desigualdade salarial e mensuraram a contribuição da educação. A tabela 1 mostra a decomposição da desigualdade salarial de acordo com as suas principais fontes, segundo os autores. Os valores da tabela indicam o percentual de redução da desigualdade salarial caso a desigualdade salarial dentro de cada categoria fosse eliminada. Assim, verifica-se que se todas as diferenças observáveis fossem eliminadas, haveria uma redução correspondente a 59% da desigualdade salarial. A educação tem a contribuição mais relevante dentro desse grupo. A desigualdade salarial reduziria 40% caso não houvesse desigualdade educacional⁸.

Da mesma forma, Menezes Filho (2001) mostra que a distribuição da educação e seus retornos também explicam cerca de 40% da distribuição dos salários no Brasil, embora a metodologia seja diferente da utilizada por Barros et al. (2000b). O estudo realizado por Menezes Filho mostra que 26% da desigualdade de rendimento mensal era

⁸ Barros et al. (2000b) não fornecem informação sobre o ano ou período utilizados no estudo.

explicada pela educação em 1981 e 1999. O poder explicativo da educação passa a ser de 40% quando a distribuição de rendimentos do trabalho é normalizada pela jornada.

**Tabela 1 – Decomposição da desigualdade salarial
de acordo com suas principais fontes**

<i>Fontes</i>	<i>Contribuição (%)</i>
Observáveis	59
Geradas pelo Mercado de Trabalho	11
Discriminação	4
Raça	1
Gênero	3
Segmentação	7
Formal x Informal	1
Setorial	5
Regional	1
Reveladas pelo Mercado de Trabalho	49
Experiência	2
Heterogeneidade Ocupacional	7
Heterogeneidade Educacional	40
Não observáveis	41
Total	100

Fonte: Barros et al., 2000b, p. 119

O trabalho de Ramos e Vieira (2001) também confere destaque à variável educação. Os autores tentaram captar a importância relativa de possíveis fontes de dispersão de salários utilizando uma metodologia de decomposição estática de alguns índices de desigualdade de rendimentos no Brasil no período entre 1981 e 1999. Os resultados da tabela 2 mostram que a educação é responsável por até 33% da desigualdade quando considerada isoladamente (contribuição bruta), e por até 29% quando considerada em termos de contribuição marginal. As outras variáveis analisadas pelos autores apresentaram participação bastante inferior na explicação da desigualdade no período de estudo.

Os dados sobre os determinantes da desigualdade, em Ramos e Vieira (2001), mostram que o mercado de trabalho gera um efeito total de 17,3% sobre a desigualdade salarial. Além disso, 59% dessa desigualdade é revelada no mercado de trabalho, sendo 33% associado à heterogeneidade educacional. Assim, de acordo com Ramos e Vieira (2001), a desigualdade salarial reduziria 33% caso não houvesse diferenciais relacionados à escolaridade.

Segundo Barros et al. (2000b) quanto mais heterogênea e desigual for a força de trabalho, maior o nível de desigualdade salarial. Outro fator que relaciona educação e desigualdade é o retorno à educação, ou seja, a forma como o mercado remunera um ano adicional de estudo. De acordo com os autores, quanto maior for o retorno à educação e quanto maior for a desigualdade educacional, maior o nível de desigualdade salarial.

Tabela 2 – Principais determinantes da desigualdade salarial

(Em %)

Variável	1981		1985		1989		1992		1995		1999	
	CB	CM	CB	CM	CB	CM	CB	CM	CB	CM	CB	CM
Idade	7,9	10,0	8,3	9,2	7,0	9,9	6,7	9,3	7,5	8,3	7,8	8,8
Educação	30,7	29,0	29,9	26,9	25,9	23,6	27,3	22,6	31,3	23,5	33,0	23,9
Posição na ocupação	15,7	7,0	18,2	8,1	17,4	10,8	15,6	8,5	19,2	9,2	18,2	8,9
Região geográfica	2,6	3,1	2,0	3,0	2,3	5,2	3,2	5,8	3,4	4,4	3,3	4,5
Setor de atividade	2,4	4,6	2,1	3,9	1,3	6,6	2,1	6,7	2,0	4,6	3,0	4,8
Gênero	6,9	6,5	6,3	6,5	4,9	5,9	4,2	6,0	4,3	5,8	2,9	5,5
Cor	-	-	-	-	6,9	2,9	7,1	2,5	7,6	2,1	8,1	2,3

Fonte: Ramos e Vieira, 2001, p. 7

Nota: CB – contribuição bruta; CM – contribuição marginal

Barros e Mendonça (1995) mostram que o Brasil apresenta os níveis mais elevados de desigualdade educacional. Os autores observam que os trabalhadores sem instrução alguma constituem 15% da força de trabalho e que somente 10% da população tem educação superior. No que se refere aos retornos da educação, Barros e Mendonça (1995) mostram que um ano adicional de escolaridade pode elevar o nível salarial de um trabalhador em 15%. O estudo mostra também que o retorno à educação varia com o nível educacional, sendo menor que 15% para os trabalhadores com apenas os quatro primeiros anos do ensino fundamental e superior a 15% para os trabalhadores com nível secundário ou superior.

Menezes Filho (2001b) também avalia a heterogeneidade educacional e os retornos associados à educação. O estudo evidencia o enorme déficit educacional do Brasil mostrando que aproximadamente 29% da população era analfabeta ou tinha concluído apenas algum dos três primeiros anos do ensino fundamental em 1997. Da mesma forma, 32% da população tinha entre quatro e sete anos de estudo, 29% tinha concluído o ensino fundamental e, algumas, o ensino médio e apenas 10% tinha freqüentado o ensino superior.

Com relação aos retornos à educação, Menezes Filho (2001b) mostra que os trabalhadores com ensino fundamental concluído ganhavam em torno de três vezes mais

que os analfabetos em 1997. De acordo com o estudo, o rendimento associado ao primeiro ano da faculdade era seis vezes maior que o rendimento médio dos analfabetos. O retorno associado ao primeiro ano do ensino superior também representava um alto ganho salarial com relação a quem tinha apenas o ensino médio. Os trabalhadores com ensino superior completo, entre 15 e 16 anos de estudo, apresentavam rendimento salarial médio em torno de doze vezes superior ao grupo sem escolaridade. Essa diferença aumentava para dezesseis vezes para os indivíduos com mestrado.

Diante dos resultados obtidos por esses estudos, dentre outros, parece razoável aceitar que a literatura se concentre no papel da educação como principal determinantes da desigualdade de renda. Dessa forma, verificado o alto grau de desigualdade educacional existente no país faz-se necessário avaliar a magnitude do retorno à educação, visto que se o mercado de trabalho brasileiro não valorizasse significativamente os diferenciais de educação, haveria uma possibilidade de que essa elevada heterogeneidade educacional não tivesse impacto tão relevante sobre a desigualdade de rendimentos.

Nesse sentido, Ramos e Vieira (2001) avaliam a influência relativa da desigualdade educacional e do retorno à educação sobre a variação na desigualdade de rendimentos entre os anos 1981 e 1999. Após constatarem a importância da escolaridade na determinação da distribuição de renda, os autores investigam como as variações na desigualdade de rendimentos e no retorno à educação ajudam a explicar as variações na desigualdade de rendimentos⁹.

O estudo mostra que, no início dos anos 80, o efeito associado ao retorno à educação supera o efeito da heterogeneidade educacional. No período entre 1981 e 1985, as alterações associadas à educação explicam cerca de 24,55% do aumento da desigualdade de rendimentos. Na segunda metade da década de 80, o efeito associado ao retorno à educação foi significativamente menor e o efeito associado à desigualdade educacional passou a ser negativo, ou seja, a desigualdade educacional entre os trabalhadores contribuiu para a redução das disparidades no período.

O efeito associado ao retorno à educação voltou a ter importância significativa nos anos iniciais da década de 90, chegando a explicar cerca de 36% do aumento da

⁹ Ramos e Vieira (2001) denominam *efeito composição* e *efeito renda* as variações na desigualdade educacional e no retorno à educação, respectivamente.

desigualdade entre 1992 e 1995. No entanto, Ramos e Vieira (2001) destacam que esse resultado deve ser avaliado com cuidado em função da reduzida variação da desigualdade no período. No período seguinte, entre 1995 e 1998, houve uma queda na desigualdade da distribuição de rendimentos e, novamente, verificou-se uma queda do efeito associado ao retorno à educação, passando a ser insignificante no período.

Constatada a relevância da educação na determinação da desigualdade, seria coerente voltar a atenção para políticas que buscassem reduzir a desigualdade de renda. Nesse sentido, políticas voltadas à expansão do acesso à educação ou políticas educacionais que proporcionem queda da desigualdade educacional poderiam ser uma alternativa eficaz.

A expansão educacional terá efeitos redistributivos positivos na medida em que diminuir o retorno à educação. Esse processo depende da taxa de expansão da oferta relativa de diferentes grupos educacionais e da demanda relativa por esses mesmos grupos. De forma que o resultado final dependerá da corrida entre o progresso tecnológico e a educação¹⁰, visto que a demanda por trabalhadores mais qualificados é determinada pelo progresso tecnológico. Haverá uma redução do retorno à educação se a oferta de trabalhadores mais qualificados crescer mais rápido que a demanda por esses trabalhadores. Caso contrário, se a demanda crescer mais rápido que a oferta, haverá aumento do retorno à educação.

Sobre a relação entre expansão educacional e desigualdade de renda, no Brasil, Lam e Levison (1991) observam que políticas que visem a redução da desigualdade educacional são relevantes, visto que podem trazer benefícios futuros na medida em que se verificam os efeitos positivos sobre a determinação da desigualdade salarial. A pesquisa de Lam e Levison (1991) mostra que a variância dos anos de estudo aumentou na geração nascida entre 1949 e 1951 e diminuiu nas gerações seguintes. Essa queda da desigualdade educacional criou uma tendência de redução da desigualdade salarial que foi mais do que compensada por outras fontes de desigualdade que tiveram o efeito de aumentá-la, segundo os autores.

Reis e Barros (1991) também avaliam a importância da distribuição de educação

¹⁰ Para mais detalhes sobre a corrida entre o progresso tecnológico e a educação consultar Tinbergen (1975).

para explicar a desigualdade. Os autores realizaram um estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Fortaleza. Em Fortaleza verificou-se um menor nível de desigualdade educacional, no entanto, o nível de desigualdade salarial foi em torno de 40% maior. Para justificar esse resultado, os autores observam que os diferenciais salariais associados à educação são maiores em Fortaleza, explicando 27% do diferencial entre as duas regiões. De acordo com Lam e Levison (1991), a menor desigualdade educacional e os maiores diferenciais salariais são explicados pelo menor nível educacional em Fortaleza.

Ferreira e Barros (1999) utilizaram uma metodologia que endogeniza as rendas do trabalho, as escolhas ocupacionais e as decisões individuais por educação, para avaliar os efeitos de mudanças nessas variáveis sobre a distribuição de renda no Brasil entre os anos de 1976 e 1996. Um dos principais resultados do estudo mostra que houve redução do retorno médio à educação e aumento generalizado da qualificação educacional dos indivíduos. Esses fatores proporcionaram um incremento de renda ao longo da distribuição, embora não tenham provocado alterações no nível de desigualdade.

O trabalho de Barros et al. (2000b) avalia os efeitos da expansão educacional na Coréia do Sul e na Colômbia. O estudo mostra que a expansão educacional nesses países reduziu o valor de mercado da educação, embora tenha aumentado a heterogeneidade educacional. O resultado foi uma queda de 4% na desigualdade da Colômbia e 9% na Coréia do Sul. Diante desse resultado, os autores sugerem uma expansão urgente do sistema educacional no Brasil, mesmo que, inicialmente, verifique-se um aumento da desigualdade educacional. De acordo com Barros et al. (2000b), esse aumento da desigualdade educacional seria mais do que compensado pela redução dos retornos à educação.

Menezes Filho (2001b) mostra que a evolução dos retornos à educação, no Brasil, é explicada pelo aumento da oferta educacional. Além disso, os dados mostram que a oferta relativa de cada grupo educacional evoluiu de maneira inversa a dos diferenciais salariais, conforme pode ser observado na tabela 3. Os dados mostram que, em 1977, o grupo com ensino fundamental incompleto – 4 a 7 anos de estudo – representava cerca de 57% do grupo menos educado – 0 a 3 anos de estudo. Em 1987 esse percentual atingiu 82% e, em 1997, 109%. Os percentuais também aumentaram, ao longo do período analisado, para o grupo que concluiu pelo menos o ensino fundamental – 8 a 11 anos de estudo – em relação

ao grupo com 4 a 7 anos de estudo. Para o grupo com ensino superior – 12 anos ou mais de estudo, verificou-se queda em relação ao grupo com 8 a 11 anos de estudo.

Menezes Filho (2001b) observa que, apesar do grupo com ensino superior e do grupo com ensino fundamental completo ter a sua participação aumentada, no período de análise, o grupo com ensino médio cresceu mais rapidamente, significando uma queda relativa do grupo com ensino superior. A conclusão do autor aponta para a “evolução da oferta como um dos fatores importantes para explicar a redução dos diferenciais salariais associados à educação no Brasil e, portanto da sua desigualdade de renda” (Menezes Filho, 2001b, p. 27).

Tabela 3 – Evolução da Oferta Relativa de Educação

Razão	1977	1987	1997
(4/7)/(0/3)	0,57	0,82	1,09
(8/11)/(4/7)	0,39	0,65	0,91
(>=12)/(8/11)	0,45	0,41	0,35

Fonte: Menezes Filho, 2001b, p. 27

Menezes Filho, Fernandes e Picchetti (2006) realizaram um estudo sobre os efeitos da expansão educacional e mostraram que as mudanças na desigualdade educacional geradas pela expansão educacional reduziram a desigualdade de rendimentos até o ano de 2008. Durante esse período, a heterogeneidade educacional contribuiria para o aumento da desigualdade e os retornos à educação para a sua redução.

Nesta mesma linha, Mendonça (2000) afirma que a expansão educacional tem efeitos positivos sobre diversos indicadores. Segundo a autora, “expansões do sistema educacional aceleram o crescimento econômico e desempenham um papel central na redução das desigualdades e da pobreza” (Mendonça, 2000, p. 564). De acordo com a autora, ainda, a expansão do sistema educacional é a ferramenta fundamental na busca de uma processo acelerado de desenvolvimento humano.

No Brasil, tanto a desigualdade educacional quanto os retornos à educação são altos e influenciam negativamente a desigualdade de rendimentos. A literatura aponta para políticas centradas na expansão educacional como estratégia para a redução da desigualdade de renda no país. No entanto, existem autores que consideram a expansão

educacional pouco eficaz para esse objetivo, dadas as dificuldades de investimento nesse setor e o fetiche associado à escolaridade.

2.2. Entraves à expansão educacional

Alguns autores apontam que a desigualdade de renda pode ser determinada por outros fatores não relacionados ao déficit educacional. Essas evidências colocam em xeque a capacidade da expansão educacional em reduzir os diferenciais de renda no Brasil. Fatores como educação familiar, desempenho educacional e qualidade dos serviços relacionados à educação são alguns dos fatores relacionados.

Segundo Barros et al. (2001), o Brasil, além de ter elevadas taxas de retorno à educação, apresenta indicadores educacionais abaixo dos padrões internacionais. Os autores observam, ainda, que o subinvestimento em educação é mais acentuado entre as famílias mais pobres, conduzindo à transmissão intergeracional da pobreza, visto que as pessoas menos escolarizadas terão maior probabilidade de serem pobres no futuro.

Nesse contexto, Barros et al. (2001) investigam os determinantes do fraco desempenho educacional brasileiro. Para isso, os autores avaliaram a disponibilidade e a qualidade dos serviços educacionais, a atratividade do mercado de trabalho – custo de oportunidade de estudar, a disponibilidade de recursos familiares – financeiros e não-financeiros – e o volume de recursos da comunidade em que o indivíduo vive. Os resultados encontrados pelos autores revelam que dentre esses quatro conjuntos de variáveis analisadas, a escolaridade dos pais, sobretudo a das mães, é substancial para determinação do desempenho educacional dos jovens¹¹, conferindo maior importância às características familiares.

Schwartzman (2004) afirma que os determinantes da desigualdade educacional são as condições sociais prévias dos estudantes. Segundo o autor, essas condições não serão solucionadas por campanhas que visem a expansão educacional, por maiores investimentos

¹¹ A análise de Barros et al. (2001) é restrita aos jovens entre 11 e 25 anos que moram nas áreas urbanas das regiões Nordeste e Sudeste. Os dados utilizados são da PNAD de 1996 e da PPV (Pesquisa sobre Padrões de Vida) de 1996/97.

em educação ou por reformas nas escolas. Para melhorar a distribuição de renda, que é influenciada pela desigualdade educacional, o autor sugere políticas que afetem diretamente os mecanismos de apropriação e distribuição da renda.

O trabalho de Waltenberg (2005) destaca a importância da qualidade da educação e evidencia a influência do perfil socioeducacional no desempenho educacional dos estudantes. A partir de dados do PISA 2000¹², o autor constrói dois indicadores de desigualdade educacional, um para mensurar a desigualdade de resultados, ou desempenho, e outro para a desigualdade de oportunidades educacionais. O primeiro indicador mostra que os alunos “fortes” têm desempenho 83% superior ao dos alunos “fracos” no Brasil, sendo o diferencial mais elevado dentre os países analisados. Com relação ao perfil socioeconômico, o autor conclui que os alunos de famílias com maior riqueza atingem resultados mais elevados nas provas. Essa relação também se mostrou mais significativa no Brasil do que nos outros países.

A educação constitui uma externalidade positiva, visto que o indivíduo instruído transfere parte do seu conhecimento para as pessoas com quem convive. A decisão sobre o investimento em educação depende das escolhas individuais, que levam em consideração o custo de oportunidade de estudar um ano a mais. Os autores associam esse custo de oportunidade à atuação governamental no sistema educacional.

Leal e Werlang (1991) destacam a importância da existência de um programa de crédito educativo eficiente para financiar a educação daqueles indivíduos que não podem contar com a família para o sustento próprio. Esse serviço deve ser subsidiado pelo governo, visto que o setor privado não se dispõe a fornecer crédito pessoal para financiamento educacional. Além disso, os autores observam que o governo diminuiu os investimentos em educação no período entre 1976 e 1986 e, para agravar ainda mais a situação, o setor privado não pôde compensar a prestação desses serviços em função das limitações do setor público ao desestimular os empreendimentos privados e ao impor controles ao aumento das mensalidades.

¹² Trata-se de uma Pesquisa Internacional de Avaliação de Estudantes desenvolvida pelos países membros da OCDE que avalia as habilidades e conhecimentos de jovens de 15 anos em 32 países. A pesquisa abrange avaliações de leitura, matemática e ciências e, também, foram recolhidas informações detalhadas sobre o perfil socioeconômico de cada aluno e sobre as características das escolas.

Esses fatores apontados por Leal e Werlang (1991) acabaram por aumentar a heterogeneidade educacional, uma vez que houve aumento dos retornos à educação, sendo mais expressivos nos níveis secundários e superior. A partir dessa constatação, os autores apontam que a política governamental é o principal problema na medida em que privilegia o ensino superior gratuito, em detrimento do ensino básico (1ª a 4ª séries).

Nesse contexto, Leal e Werlang (1991, p. 93) observam que “o acesso às escolas superiores públicas é obtido principalmente por indivíduos cujas famílias têm renda de modo que podem educá-los em escolas melhores e assim terem boas classificações nos vestibulares”. Essa situação é altamente desigual, segundo os autores. Nesta mesma linha, Fishlow (1972) já havia observado esse descompasso dos investimentos entre o ensino superior e o ensino básico.

Verifica-se, portanto, que o impasse se manifesta na distribuição do serviço de educação entre os diversos níveis. O aumento do número de anos de estudo de uma população tem efeitos positivos sobre a queda da desigualdade de renda. No entanto, é preciso cautela sobre a distribuição dos investimentos entre o ensino básico e o ensino superior, tendo em vista que a heterogeneidade educacional não é desejável.

3. O CASO BRASILEIRO

Neste capítulo pretende-se verificar empiricamente a relevância da escolaridade para a determinação da distribuição de renda no Brasil. Os dados utilizados foram obtidos junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia) e IPEA (Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada). O objetivo principal deste capítulo é verificar se os pressupostos teóricos sobre a relação entre distribuição de renda e educação se aplicam ao caso brasileiro recente e avaliar os impasses à redução da desigualdade de renda no Brasil.

3.1. Análise de dados

Conforme visto anteriormente, a escolaridade contribui para a redução dos índices de desigualdade. Com o objetivo de verificar se esse pressuposto teórico se aplica ao caso brasileiro realizou-se um teste preliminar utilizando-se os dados do índice de Gini e dos anos de escolaridade das cinco regiões brasileiras no período entre 1995 e 2008¹³.

Os resultados foram expostos a partir de gráficos sendo o eixo x o eixo que representa os anos de estudo e o y, o eixo que representa o índice de Gini. Conforme pode ser observado nos gráficos 1 a 5, os resultados atenderam às expectativas: de forma geral, a queda do índice de Gini ao longo do período analisado foi acompanhada por uma melhora do nível educacional (mensurada pelo aumento dos anos de estudo) em todas as regiões.

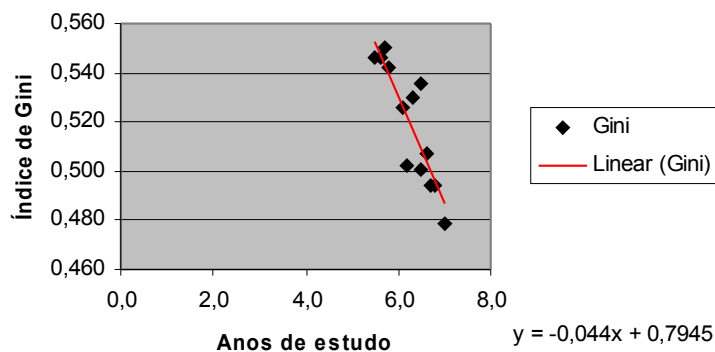
Após décadas de estabilidade dos índices de desigualdade em níveis muito altos, a queda recente na desigualdade no Brasil surpreende, de certa forma, os autores que estudam esse tema. Soares (2010) questiona se esse ritmo de queda da desigualdade no Brasil é aceitável. O autor desenvolveu um estudo baseado em uma comparação internacional do ritmo de queda da desigualdade e constatou que ela é significativa no Brasil, podendo chegar aos níveis de desigualdade do México em 6 anos, dos Estados Unidos em 12 anos e do Canadá em 24 anos. O estudo mostra que o Brasil foi o país que teve a maior queda do índice de Gini em um menor intervalo de tempo, quando comparado

¹³ As tabelas com os dados utilizados podem ser consultadas nos anexos.

¹⁴ Os países objeto da comparação são Reino Unido, Estados Unidos, Países Baixos, Suécia, França, Noruega e Espanha.

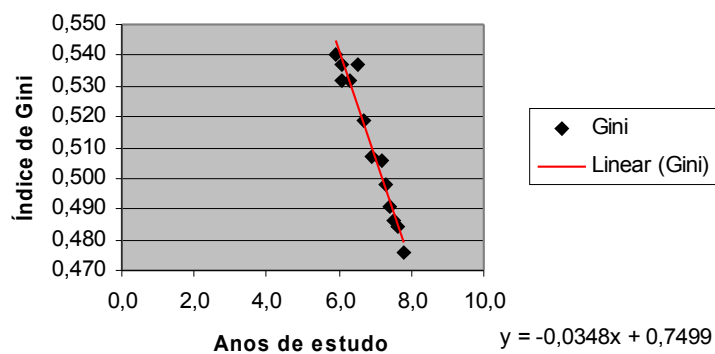
aos países da OCDE¹⁴ (Organization for Economic Cooperation and Development).

Gráfico 1 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Norte, entre 1995 e 2008



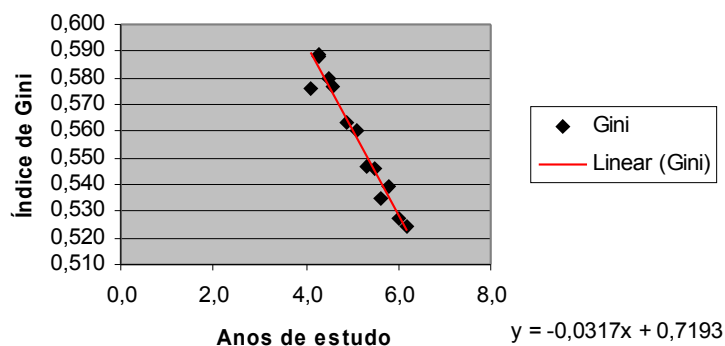
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados das PNAD/IBGE.

Gráfico 2 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Sul, entre 1995 e 2008



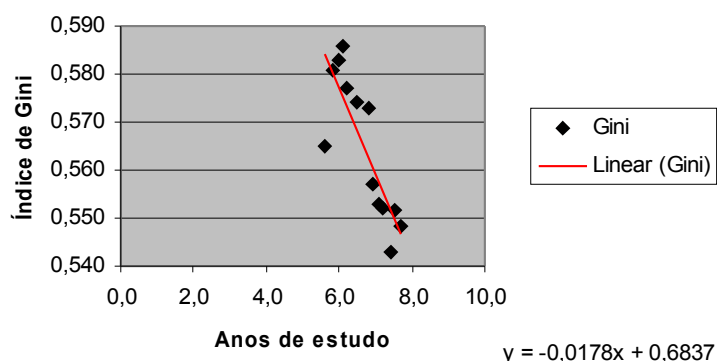
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados das PNAD/IBGE.

Gráfico 3 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Nordeste, entre 1995 e 2008



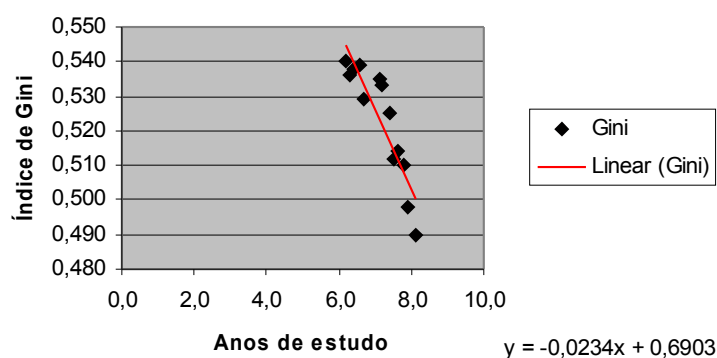
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados das PNAD/IBGE.

Gráfico 4 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Centro-Oeste, entre 1995 e 2008



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados das PNAD/IBGE.

Gráfico 5 – Índice de Gini x Anos de Estudo, Região Sudeste, entre 1995 e 2008



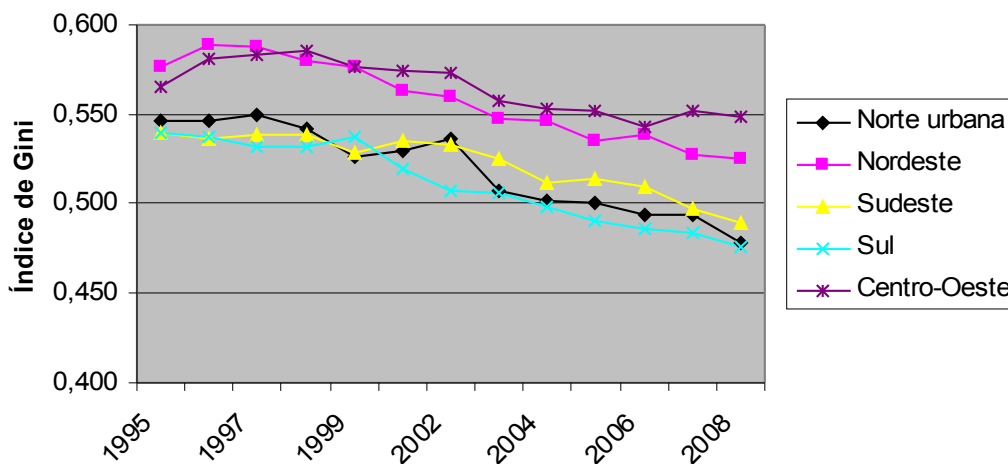
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados das PNAD/IBGE.

Nos gráficos 6 e 7 pode ser observada a trajetória de queda do índice de Gini nos últimos anos e a trajetória ascendente da média dos anos de estudo em todas as regiões. É imprescindível que o Brasil mantenha o ritmo de evolução desses índices na sua caminhada rumo à redução das desigualdades e eliminação da pobreza absoluta.

A evolução do PIB *per capita* entre as grandes regiões do Brasil também merece destaque nesta análise. Ao considerar-se um país homogêneo e equilibrado pressupõe-se uma convergência de renda *per capita* entre as regiões que formam esse país, de forma que a renda *per capita* regional se aproxime da renda média per capita nacional. No Brasil, verifica-se que não há essa convergência. As disparidades entre as regiões brasileiras são bastantes presentes, conforme mostra o gráfico 8. Mesmo com as mudanças recentes, que contribuíram para o declínio acentuado e contínuo da desigualdade da distribuição de renda, observa-se que a renda *per capita* das regiões Norte e Nordeste ainda é muito

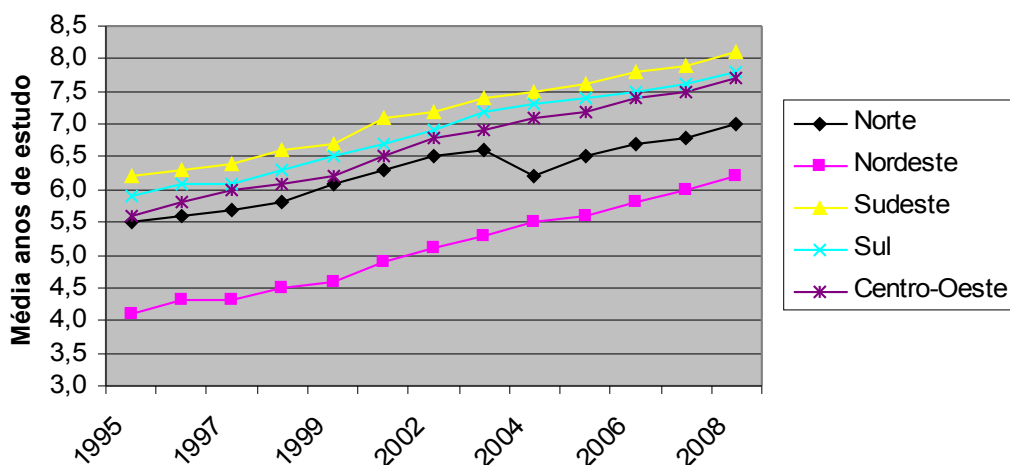
inferior à média nacional, sugerindo a implementação de políticas regionais eficazes no combate às disparidades existentes.

Gráfico 6 – Evolução Índice de Gini, grandes regiões, entre 1995 e 2008



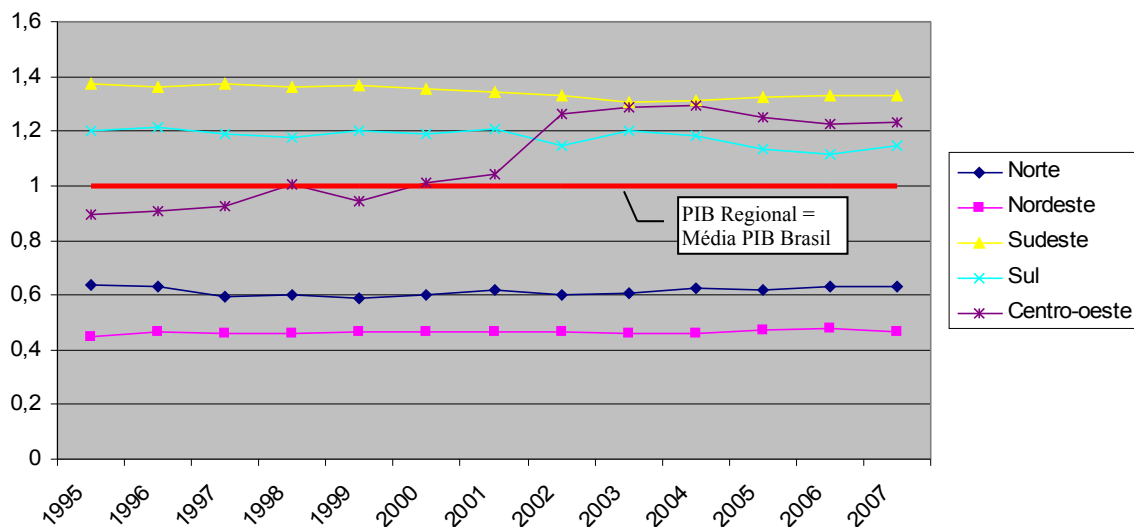
Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados das PNAD/IBGE.

Gráfico 7 – Evolução média anos de estudo, grandes regiões, entre 1995 e 2008



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados das PNAD/IBGE.

Gráfico 8 – Convergência PIB *per capita*, grandes regiões, entre 1995 e 2007



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do Ipeadata.

Ainda com o objetivo de verificar o impacto da variável educação sobre os determinantes da desigualdade e do desempenho econômico brasileiro, foi realizado um exercício econométrico que associa taxa de crescimento (g)¹⁵, logaritmo natural do PIB *per capita* ($\ln y$), logaritmo natural da média dos anos de estudo (\ln escolaridade) e logaritmo natural do índice de Gini (\ln Gini). Foram utilizados os dados do ano de 1995¹⁶ com cinco observações, correspondentes às grandes regiões brasileiras.

O exercício retornou a seguinte regressão:

$$g = -0,3839 - 0,0067.\ln y + 0,0133.\ln \text{escolaridade} + 0,6037.\ln \text{Gini} + e \quad (1)$$

Uma análise dos resultados obtidos, a partir da equação (1) e da tabela 4, mostra que houve convergência condicional da renda per capita, isso significa que estados que encontram-se relativamente mais distantes de seu produto per capita de estado estacionário, crescem a taxas mais elevadas em todas as regiões, dado o sinal negativo do coeficiente da variável $\ln y$. O sinal positivo do coeficiente da variável \ln escolaridade é um resultado

¹⁵ $g = \frac{\log y_{(2009)} - \log y_{(1995)}}{N}$; onde y é a renda per capita do ano correspondente e N é o número de observações.

¹⁶ As tabelas com os dados utilizados podem ser consultadas nos anexos.

relevante para a presente pesquisa, indicando que a taxa de crescimento tende a aumentar com a melhora do nível de escolaridade da população.

O resultado obtido para o coeficiente da variável \ln Gini não atendeu às expectativas, retornando um coeficiente com sinal positivo quando esperava-se sinal negativo, indicando que elevação da taxa de crescimento está associada a uma queda dos índices de desigualdade. No entanto, a literatura sobre a relação entre desigualdade e crescimento não é conclusiva, trazendo limitações à análise.

Tabela 4 – Resultados da regressão $g = \alpha + \beta_0 \ln y + \beta_1 \ln \text{escolaridade} + \beta_2 \ln \text{Gini} + e$

	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	valor-P
Interseção	-0,383890759	0,076917086	-4,99097	0,125887
Variável $\ln y$	-0,006665994	0,00551326	-1,20908	0,439925
Variável \ln escolaridade	0,013282806	0,003976854	3,340029	0,185196
Variável \ln Gini	0,603661082	0,11605061	5,201705	0,120912

Fonte: elaborada pela autora.

Embora os resultados dos testes efetuados confirmem relevância para a variável escolaridade na determinação da desigualdade de renda, eles não são definitivos. É imprescindível destacar que a qualidade da educação não foi avaliada, uma vez que não há como mensurar os efeitos deste fator. A qualidade dos serviços de educação prestados pelas escolas particulares é comprovadamente superior ao das escolas públicas no Brasil. Nesse contexto, cabe ressaltar, ainda, a existência de desigualdades de oportunidades no que se refere a uma educação de melhor qualidade.

3.2. O impasse à diminuição da desigualdade de renda

Ao longo dos últimos anos verificou-se uma queda nos índices de desigualdade de renda no Brasil. Estudos com o objetivo de analisar os determinantes dessa queda foram realizados por Hoffmann (2006), Ferreira, Leite e Litchfield (2006), Neri (2006), Barros et al (2010), Soares (2010). O autores buscam avaliar as razões e evidências, bem como o ritmo da queda da desigualdade, o efeito dos programas sociais de transferência de renda e as políticas de aceleração da diminuição da desigualdade.

Soares (2010) observa que o ritmo de redução da desigualdade no Brasil nos últimos anos foi mais acelerado que a redução da desigualdade nos países ricos, como Reino Unido, Estados Unidos, Países Baixos e Suécia. No entanto, o autor destaca que o

grande desafio é manter esse ritmo por mais duas ou três décadas, dado que a desigualdade no Brasil ainda é muito elevada.

O sistema de proteção social, principalmente o Programa Bolsa Família e as Transferências indexadas ao salário mínimo, assim como as melhorias educacionais e no padrão demográfico foram fundamentais para a redução da desigualdade. Soares (2010) aponta, entretanto, que algumas dessas políticas têm limites naturais, sejam eles orçamentários e administrativos no caso do sistema de proteção social, ou de abrangência geográfica, como no caso do Programa Bolsa Família, que já cobriu a maioria das pessoas elegíveis para o programa. Além disso, aumentos no salário mínimo não foram tão distributivos em 2006 como foram em 2001.

Diante desse esgotamento dos efeitos positivos das políticas que visam a igualdade, é preciso implementar outras políticas que ainda não contribuíram para a redução das desigualdades. Nesse contexto, Soares (2010) aponta a política tributária, políticas para a redução das desigualdades raciais, políticas para a redução de desigualdades regionais, a política industrial e, evidentemente, melhorias na política educacional como alternativas para o Brasil continuar a sua trajetória rumo à igualdade.

No que se refere à necessidade de uma política industrial voltada para a redução de desigualdades, Henrique (1999, p. 181) afirma que “os postos de trabalho gerados tem se concentrado em ocupações vinculadas à conservação e administração de edifícios, recepcionistas, garçons e cozinheiros, seguranças, vendedores, isto é, empregos de nenhum conteúdo tecnológico, baixos salários relativos e que tem sido preenchidos com pessoas de maior grau de escolaridade”.

No capítulo anterior, verificou-se que os efeitos de uma expansão educacional são positivos sobre a redução da desigualdade de renda. Na primeira seção deste capítulo, esses efeitos foram verificados, empiricamente, para o caso brasileiro, de forma que de nada adianta educar a população para colocá-la em postos de trabalho que não condizem com a escolaridade da força de trabalho. É imprescindível, portanto, que as políticas educacional e industrial andem lado a lado para manter o ritmo de queda da desigualdade de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou evidenciar as principais teorias sobre a distribuição de renda no Brasil e a relação entre a desigualdade de renda e a escolaridade. Tal estudo teve motivação a partir do entendimento de que em países com uma distribuição de renda extremamente desigual, como o Brasil, é fundamental conhecer os determinantes da desigualdade, que acabam por afetar a distribuição de renda, para que a formulação de políticas e a decisão de investimentos possa ser melhor aproveitada para redução das disparidades.

Ao longo deste trabalho verificou-se a complexidade da discussão sobre desigualdade na distribuição de renda no Brasil. O caráter polêmico conferido à interpretação desse fenômeno durante as décadas de 60 e 70 permanece em debate ainda nos dias de hoje.

O primeiro capítulo mostrou as principais teorias que explicam as causas da desigualdade de renda verificada a partir dos anos 70 no Brasil. No segundo capítulo, foi feita uma revisão bibliográfica da literatura sobre os efeitos distributivos de uma expansão educacional e apresentado os principais entraves ao investimento no setor educacional. No terceiro capítulo, buscou-se avaliar o caso brasileiro por meio de testes empíricos que associaram índice de Gini, anos de estudo e PIB *per capita*, em todas as grandes regiões brasileiras.

Nas últimas décadas constatou-se, teórica e empiricamente a partir da literatura, que a escolaridade sempre esteve associada a uma parcela significativa na explicação dos determinantes da desigualdade de renda. Ao realizar-se o teste empírico para o caso brasileiro recente, as expectativas quanto ao resultado foram atendidas, verificando-se que a queda do índice de Gini esteve associada ao aumento dos anos de estudos em todas as grandes regiões do Brasil.

No entanto, é fundamental destacar que as profundas transformações pelas quais o Brasil vem passando nos últimos anos, com a queda significativa e contínua dos índices de desigualdade são apenas o primeiro passo de uma longa jornada, visto que, embora o índice de Gini tenha declinado 7% no período entre 2001 e 2007, a desigualdade de renda no Brasil ainda permanece muito alta, com cerca de 90% dos países ainda apresentando uma distribuição de renda menos concentrada que a do Brasil.

Dentre as principais conclusões e evidências que podem ser retiradas desse trabalho, destaca-se a relevância do tema desigualdade na distribuição de renda associada à escolaridade, que deve continuar sendo objeto de estudo com vistas à formulação e renovação de políticas públicas que busquem uma distribuição de renda mais igualitária e a eliminação da pobreza absoluta.

No entanto, cabe uma ressalva importante quanto ao tema escolaridade, que acaba por corroborar a necessidade de continuidade dos estudos nessa área. Os resultados obtidos não são definitivos na medida em que não avaliam os efeitos da qualidade dos serviços educacionais. Além disso, é fundamental destacar que a desigualdade de oportunidades é bastante acentuada no Brasil, verificando-se que os serviços públicos muitas vezes beneficiam a quem não precisa, em detrimento daqueles que realmente precisam. Fatores como esses podem indicar que o Brasil está preso numa armadilha de desigualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Edward; NERI, Marcelo. Macroeconomic policy and poverty in Brazil. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Economia, 1997. (Texto para Discussão, n°. 383)

BACHA, Edmar Lisboa. Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976a.

BACHA, Edmar Lisboa. On some contributions to the Brazilian distribution debate - I. Brasília: Departamento de Economia - UnB, 1976b.

BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). A Controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BACHA, Edmar Lisboa; TAYLOR, Lance. Brazilian Income Distribution in the 1960s: Acts, Model Results, and the Controversy. In: TAYLOR, Lance et al (eds.). Models of growth and distribution for Brazil. Oxford: Oxford University Press, 1980.

BARROS, Ricardo Paes de; CARDOSO, Eliana; URANI, André. Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: The 1980s. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Texto para Discussão, n°. 298)

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n°. 377)

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. In: Economia brasileira em perspectiva 1996. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; VELAZCO, Tatiana. O desempenho educacional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). Desigualdade

de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; MENDONÇA, Rosane. Uma análise da estrutura salarial brasileira baseada na PPV. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n°. 689)

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Education and equitable economic development. Economia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, Jan. 2000b.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel Domingues dos; QUINTAES, Giovani. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n° 834)

BARROS, Ricardos Paes de; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. (texto para Discussão, n° 1460)

BLOM, Andréas; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BLOM, Andréas; VÉLEZ, Carlos Eduardo. The dynamics of skill-premium in Brazil: growing demand and insufficient supply. Washington: World Bank, 2001.

BONELLI, Regis; RAMOS, Lauro R. Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Texto para Discussão, n°. 288)

BONELLI, Regis; RAMOS, Lauro. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das

tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 13, n° 2, abr/jun 1993.

BONELLI, Regis; SEDLACEK, Guikherme. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988. (Texto para Discussão, n° 145)

CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARDOSO, Eliana; BARROS, Ricardo Paes de; URANI, André. Inflation and Unemployment as determinants of inequity in Brazil: the 1980. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Texto para Discussão, n° 298)

CASTRO, Cláudio Moura. Educação e renda quando tudo o mais não permanece constante. São Paulo: Associação Nacional de Centros de Pós - Graduação em Economia, 1973. (I Encontro Anual, sessão 3: Emprego e Distribuição de Renda)

DOELLINGER, Carlos Von. Educação e distribuição de renda. Brasília: IPEA, 1970.

FERNANDES, C. Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil. Econômica. Niterói, v. 3, n. 2, 2001.

FERREIRA, Francisco H. G. Education for the masses: the interaction between wealth, educational and political inequality. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Economia, 1999a.

FERREIRA, Francisco H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classe ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Economia, 2000. (Texto para Discussão, n°. 415)

FERREIRA, Francisco H. G.; LEITE, Phillippe G.; LITCHFIELD, Julie A. The rise and fall os Brazilian inequality. Policy Research Working Paper Series. Washington: The World Bank. n° 3867, 2006.

FERREIRA, Francisco H. G.; BARROS, R. The slippery Slope: explaining the increase in extreme poverty in urban Brasil, 1976-1996. Revista de Econometria, v. 19, 1999.

FISHLOW, Albert. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (Org.). A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

FISHLOW, Albert . Brazilian size distribution of income. American Economic Review. Nashville, v. 62, nº 2, 1972.

FISHLOW, Albert. Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. Dados. Rio de Janeiro, v. 11, 1973.

FISHLOW, Albert. O Grande debate da distribuição de renda: uma réplica mais completa. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 4, nº 3, 1974.

GANDRA, Rodrigo. M.. O debate sobre a distribuição de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico anos 90. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado)

HENRIQUE, W. O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. UNICAMP, Campinas, 1999. (Tese de Doutorado)

HOFFMANN, Rodolfo. Contribuição à análise da distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. Piracicaba: Tese de livre docência apresentada à ESALQ/USP, 1971.

HOFFMANN, Rodolfo. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 13, nº 4, dez. 1973.

HOFFMANN, Rodolfo; DUARTE, João Carlos. A distribuição da renda no Brasil. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 12, nº 2, jun. 1972.

KINGSTON, Jorge; KINGSTON, Lúcia Silva. A distribuição da renda no Brasil, 1960-70. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, v. 26, nº 4, out/dez 1973a.

LAM, D.; LEVISON, D. Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality in earnings. Journal of Development Economics, v. 37, 1991.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973a.

LANGONI, Carlos G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 1973b. (Ensaio Econômico EPGE, nº. 7)

LANGONI, Carlos G. Papel do investimento em educação e tecnologia no processo de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 1972. (Ensaio Econômico EPGE, nº. 4)

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. Educação e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. Retornos em educação no Brasil: 1976-1986. Ensaio Econômico da EPGE. Rio de Janeiro, nº 148, 1989.

MALAN, Pedro; WELLS, John. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). A Controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MALAN, Pedro. Ainda sobre a distribuição de renda. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, nº 2, 1974.

MATA, Milton da. Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. (Coleção relatórios de pesquisa, n°. 41)

MENDONÇA, R. A oportunidade imperdível: expansão educacional e desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Tese de Doutorado)

MENEZES FILHO, N. Educação e desigualdade. In: LISBOA, M.; MENEZES FILHO, A. Microeconomia e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MENEZES FILHO, N. A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. Instituto Futuro do Brasil, 2001b. Disponível em <http://www.anj.org.br/>. Acesso em 25/10/2010.

MENEZES FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Rising human capital but Constant inequality: the education composition effect in Brazil. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, Out-Dez 2006.

NERI, Marcelo. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. In: Encontro Brasileiro de Econometria. Recife: Sociedade Brasileira de Econometria, 1997.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; GONZAGA, Gustavo. Efeitos Informais do Salário Mínimo e Pobreza. Rio de Janeiro: PUC, 1998. (Texto para Discussão, n°. 393)

NERI, Marcelo. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. Série Ensaios Econômicos EPGE/FGV. Rio de Janeiro, n° 637, 2006.

NERI, Marcelo ; CAMARGO, José Márcio. Distributive Effects of Brazilian Structural Reforms. Rio de Janeiro: PUC, 1999. (Texto para Discussão, n°. 406)

RAMOS, Lauro R.. A distribuição de rendimentos no Brasil – 1976/85. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Série IPEA, n°. 141)

RAMOS, Lauro R.. Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 21, nº 3, 1991.

RAMOS, Lauro R.; REIS, José Guilherme Almeida. Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Orgs.). Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Lauro R.; REIS, José Guilherme Almeida. Salário mínimo, distribuição de renda e pobreza no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v. 25, nº 1, abr. 1995.

RAMOS, Lauro R.; VIEIRA, M. Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, nº 803)

REIS, José Guilherme Almeida; BARROS, Ricardo Paes de. Wage inequality and the distribution of education: a study of the evolution of brazilian regional differency in inequality. Journal of Development Economics, v. 36, 1991.

REIS, José Guilherme Almeida; BARROS, Ricardo Paes de. Desigualdade salarial e distribuição de educação. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1989. (Texto para Discussão Interna, nº 178)

SCHWARTZMAN, S. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, F. et al. Reforma no Brasil: balanço e agenda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

SERRA, J. A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. In: A Controvérsia sobre Distribuição de Renda. In: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (Org.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

[SILVA, Nelson do Valle](#); [HASENBALG, Carlos](#). Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados, v. 43, nº 3, 2000.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O impacto distributivo do Salário Mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n°. 873)

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo da queda da desigualdade no Brasil é aceitável? Revista de Economia Política. São Paulo, v. 30, n° 3, jul/set 2010.

TINBERGEN, J. Income Distribution. North Holland, Amsterdam, 1975.

WALTENBERG, F. Iniquidade educacional no Brasil: uma avaliação com dados do PISA 2000. Revista Economia. Brasília, v. 6, n. 1, 2005.

ANEXOS

Tabela 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento, por Grandes Regiões - 1995/2008 (1)

Ano	Brasil (2)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1995	0,567	0,546	0,576	0,540	0,540	0,565
1996	0,568	0,546	0,589	0,536	0,537	0,581
1997	0,570	0,550	0,588	0,538	0,532	0,583
1998	0,567	0,542	0,580	0,539	0,532	0,586
1999	0,560	0,526	0,577	0,529	0,537	0,577
2001	0,558	0,530	0,563	0,535	0,519	0,574
2002	0,553	0,536	0,560	0,533	0,507	0,573
2003	0,545	0,507	0,547	0,525	0,506	0,557
2004	0,535	0,502	0,546	0,512	0,498	0,553
2005	0,532	0,501	0,535	0,514	0,491	0,552
2006	0,528	0,494	0,539	0,510	0,486	0,543
2007	0,520	0,494	0,527	0,498	0,484	0,552
2008	0,514	0,478	0,525	0,490	0,476	0,548

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2008.

(1) Exclui as informações dos domicílios sem declaração de rendimento domiciliar.

(2) Exclui o rendimento dos domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 6 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 1995/2008

Ano	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1995	5,5	5,5	4,1	6,2	5,9	5,6
1996	5,7	5,6	4,3	6,3	6,1	5,8
1997	5,7	5,7	4,3	6,4	6,1	6,0
1998	5,9	5,8	4,5	6,6	6,3	6,1
1999	6,1	6,1	4,6	6,7	6,5	6,2
2001	6,3	6,3	4,9	7,1	6,7	6,5
2002	6,5	6,5	5,1	7,2	6,9	6,8
2003	6,7	6,6	5,3	7,4	7,2	6,9
2004	6,8	6,2	5,5	7,5	7,3	7,1
2005	6,9	6,5	5,6	7,6	7,4	7,2
2006	7,1	6,7	5,8	7,8	7,5	7,4
2007	7,3	6,8	6,0	7,9	7,6	7,5
2008	7,4	7,0	6,2	8,1	7,8	7,7

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE)

Elaboração: DISOC/IPEA

Tabela 7 - PIB per capita, grandes regiões - R\$ mil - 1995/2007

Ano	Média Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
1995	6,148992744	3,920391031	2,759923254	8,461032207	7,375698998	5,511793108
1996	6,24261507	3,94475714	2,895727155	8,496926833	7,560764394	5,663807186
1997	6,395036519	3,813189867	2,954797684	8,780550611	7,607820899	5,92100121
1998	6,355059207	3,806074556	2,936359872	8,663746103	7,488494445	6,403569952
1999	6,127470967	3,602853288	2,853639942	8,367963954	7,349577532	5,77805196
2000	6,429812697	3,872715707	2,997750607	8,713462848	7,64970468	6,498117669
2001	6,329059636	3,906945214	2,966547473	8,479435682	7,640816708	6,585982432
2002	6,954624277	4,191891988	3,229785719	9,247548755	7,981097326	8,770177055
2003	6,932408028	4,218591246	3,178935599	9,068440358	8,349930326	8,925276987
2004	7,223649794	4,512964232	3,309758599	9,464772735	8,564528069	9,354155308
2005	7,346568957	4,563355393	3,465185893	9,747912919	8,321983682	9,204069996
2006	7,53153325	4,742049665	3,578640932	10,03980685	8,403945765	9,228891801
2007	8,278014802	5,227645035	3,862273241	11,0321754	9,479401666	10,21219706

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Ipeadata.